TEMA 1 - Direito Constitucional - PONTUAÇÃO TOTAL: 2,00

- nº da prova:

Perguntas			Anotações sobre a resposta do candidato	P.M	Nota	Observações
a)	Constituição como sistema aberto	Fundamentos jurídicos nacionais e internacionais		0,03		
		Conceito		0,10		
		Referências teóricas		0,02		
b)	Pluralismo(s)	Fundamentos jurídicos nacionais e internacionais		0,03		
		Conceito		0,10		
		Referências teóricas		0,02		
c)	Paradoxo da intolerância	Fundamentos jurídicos nacionais e internacionais		0,01		
		Conceito		0,02		
		Referências teóricas		0,02		
d)	Paradoxo da liberdade	Fundamentos jurídicos nacionais e internacionais		0,01		
		Conceito		0,02		
		Referências teóricas		0,02		

e)	Paradoxo da democracia	Fundamentos jurídicos nacionais e internacionais		0,01		
		Conceito		0,02		
		Referências teóricas		0,02		
f)	Inter-relações entre o itens "a" a "e"			0,40		
g)	Limites da competência jurisdicional federal em questões que envolvam, ao mesmo tempo, esses 3 assuntos			0,20		
h)	Dois exemplos de controle de constitucionalidade, realizados pelo STF, nos quais ao menos um desses paradoxos é conjugado com pluralismo(s) na ordem de 1988			0,20		
i)	Justificações que mostrem também sua posição			0,15		
j)	Idioma oficial			0,14		
k)	Caligrafia			0,06		
l)	Capacidade de exposição			0,40		

TEMA 2 - Direito Administrativo - PONTUAÇÃO TOTAL: 2,00

Espelho da correção: o candidato deverá abordar os seguintes temas, os quais serão pontuados conforme os pesos indicados entre parênteses, levando em consideração que a nota total da prova é 2,0 (dois).

O candidato:

- deve demonstrar que compreende, em termos jurídicos, como se definem as agências reguladoras no direito brasileiro (0,06);
- deve apresentar exemplos de agências do tipo, considerando especialmente a jurisdição federal (0,04);
- deve explicitar, em traços gerais, como essas agências são reguladas (0,05);
- deve demonstrar que compreende, em termos jurídicos, como se definem os relatórios de impactos regulatórios (0,1);
- deve abordar o objetivo desses relatórios no contexto da legislação que os regulamenta (0,05);
- deve abordar as técnicas previstas na legislação para a realização dos relatórios de impacto regulatório, tentando diferenciá-las (0,1);
- sobre o processo administrativo (enquanto procedimento legal de tomada de decisões pela Administração Pública) o candidato deve abordar a importância atual deste instituto, demonstrando sua compreensão (0,1);
- deve fixar as principais diferenças entre o processo de regulação (ou regulatório) e os demais processos administrativos – tomando algum exemplo para comparação: o processo sancionatório ou outro – (0,1);
- deve situar os relatórios de impacto regulatório na fase de instrução do processo regulatório, abordando os requisitos e os efeitos deste enquanto evidência do processo (0,1);
- seguindo a reflexão, o candidato deve abordar a importância do controle jurisdicional no contexto do direito público contemporâneo (0,1);

- deve abordar o tema do controle jurisdicional da discricionariedade e, assim sendo, do processo administrativo e dos elementos internos da legalidade (motivo e finalidade), associando esses elementos à função dos relatórios de impacto regulatório (0,2);
- deve, ainda, abordar os desvios que podem ocorrer na realização ou não de impacto regulatório e, portanto, na instrução do processo (0,1);
- por fim, o candidato terá que tratar dos limites da jurisdição federal sobre processo administrativo e impactos regulatórios, tentando responder se há limites, localizando-os na Constituição e na Legislação (0,1);
- deverá tentar apontar a jurisprudência atual e as referências teóricas sobre o tema, identificando a polêmica, ainda hoje existente, sobre a imunidade jurisdicional do mérito do ato discricionário (0,2).

Serão também examinadas:

- a capacidade de exposição, coerência, consistência e profundidade na argumentação exposta pelo candidato (0,4);
- a aderência da prova ao idioma oficial (0,14);
- a caligrafia do candidato (0,06).

Tema 3 – Direito Tributário - PONTUAÇÃO TOTAL: 2,00

Letra "A": [0,25]

O(A) Candidato(a) deverá:

[a.1] – **Traçar uma distinção propedêutica** entre os conceitos das expressões "benefício" e "incentivo"; [0,05 pontos]

[a.2] – **Dialogar com o direito positivo brasileiro** (arts. 150, §6º, 155, §2º, inciso XII, alínea "*g*", 156, §3º, inciso III, e 167-D da CRFB/88; arts. 88, inciso II, e 125, §3º, inciso II, do ADCT; arts. 1º e 10 da LC nº 24/1975, arts. 10. *caput*, inciso XXII, da LIA; art. 14 da LC nº 101/2000; art. 8º-A, §1º, da LC nº 116/2003; arts. 1º, 3º, 5º, 6º e 10, da LC nº 160/2017); [0,10 pontos]

[a.3] – **Observar** que Tema Repetitivo nº 1182 do STJ discutiu o gênero dos "benefícios fiscais", não se preocupando rigorosamente em decotar ou diferenciar a espécie dos "incentivos fiscais"; [0,08 pontos]

[a.4] – **Registrar** que Tema de Repercussão Geral nº 843 do STF ainda não teve o mérito julgado, mas utilizou a expressão "incentivos fiscais" ao afetar a temática, pois o acórdão recorrido considerou que "*Os créditos presumidos de ICMS, concedidos pelos Estados-Membros, tratam-se de verdadeira renúncia fiscal, a fim de incentivar/desenvolver determinada atividade econômica de interesse da sociedade, não se constituindo receita ou faturamento da empresa, base de cálculo das contribuições PIS e COFINS*". [0,02 pontos]

Letra "B": [0,25]

O(A) Candidato(a) deverá:

[b.1] – **Traçar uma distinção propedêutica** entre os conceitos das expressões "subvenção de custeio" e "subvenção para investimento"; [0,10 pontos]

[b.2] – **Dialogar** com os termos da LO nº 4.320/1964 (arts. 12, *caput*, §3º, inciso II, 13, *caput*, 18 e 19), da LO nº 4.506/1964 (art. 44, inciso IV) e da LSA (art. 195-A); [0,05 pontos]

[b.3] – **Explorar** o art. 38, §2º, do DL nº 1.598/1977, o art. 30 da LO nº 12.973/2014 e o art. 10 da LC nº 160/2017; [0,05 pontos]

[b.4] – **Rememorar** o conteúdo das Teses 02 e 03 fixadas pelo STJ para o Tema Repetitivo nº 1182: [0,05 pontos]

> 2. Para a exclusão dos benefícios fiscais relacionados ao ICMS, - tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, entre outros - da base de cálculo do IRPJ e da CSLL não deve ser exigida a demonstração de concessão como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.
> 3. Considerando que a Lei Complementar 160/2017 incluiu os §§ 4º e 5º ao art. 30 da Lei 12.973/2014 sem entretanto revogar o disposto no seu § 2º, a dispensa de comprovação prévia, pela empresa, de que a subvenção fiscal foi concedida como medida de estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômico não obsta a Receita Federal de proceder ao lançamento do IRPJ e da CSSL se, em procedimento fiscalizatório, for verificado que os valores oriundos do benefício fiscal foram utilizados para finalidade estranha à garantia da viabilidade do empreendimento econômico".

Letra "C": [0,20]

O(A) Candidato(a) deverá:

[c.1] – **Considerar** o teor dos arts. 37, §2º e 43 da LO nº 4.506/1964, do art. 38, §2º, do DL nº 1.598/1977, do art. 30 da LO nº 12.973/2014 e do art. 10 da LC nº 160/2017; [0,05 pontos]

[c.2] – **Citar** o art. 57 da LO nº 8.981/1995 e o art. 28 da LO nº 9.430/1996; [0,05 pontos]

[c.3] – **Explorar** as inovações trazidas pela LO nº 14.789/2023. [0,10 pontos]

Letra "D": [0,30]

O(A) Candidato(a) deverá:

[d.1] – **Considerar** a incursão do Fisco Federal em valores que o Fisco Estadual resolveu despender; [0,09 pontos]

[d.2] – **Registrar** aplicabilidade restrita da compreensão sedimentada pela Primeira Seção no EREsp nº 1.517.492/PR, relativamente aos créditos presumidos; [0,05 pontos]

[d.3] – **Sublinhar** que a "isenção" não terá o mesmo efeito que o "crédito presumido" na cadeia de incidência do ICMS; [0,09 pontos]

[d.4] – **Anotar** que o crédito presumido efetivamente repercutirá nos cofres estaduais; [0,05 pontos] e

[d.5] – **Rememorar** a Tese 01 do Tema Repetitivo nº 1182: [0,02 pontos]

> 1. Impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, - tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, entre outros - da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, salvo quando atendidos os requisitos previstos em lei (art. 10, da Lei Complementar n. 160/2017 e art. 30, da Lei n. 12.973/2014), não se lhes aplicando o entendimento firmado no ERESP 1.517.492/PR que excluiu o crédito presumido de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Letra "E": [0,20]

O(A) Candidato(a) deverá:

[e.1] – **Registrar** as características e peculiaridades da não-cumulatividade no Sistema Tributário Brasileiro; [0,05 pontos]

[e.2] – **Discorrer** sobre o denominado "efeito de recuperação" ao longo da cadeia econômica plurifásica; e [0,10 pontos]

[e.3] – **Qualificar** a outorga de crédito presumido como efetivo dispêndio de valores por parte do Ente Federado. [0,05 pontos]

Letra "F": [0,2]

O(A) Candidato(a) deverá:

[f.1] – **Observar** o caráter das controvérsias (estatura constitucional ou natureza infraconstitucional); [0,05 pontos]

[f.2] – **Divisar**, brevemente, as competências dos Tribunais Superiores, sobretudo a partir da CRFB/88 (desdobramento do cabimento do RE e criação do STJ); [0,05 pontos]

[f.3] – **Delimitar** os temas paradigmáticos, tal como afetados pelo STJ e pelo STF; [0,05 pontos] e

[f.4] – **Discorrer** criticamente sobre "tema", "razão de decidir" e "tese" no regime de precedentes vinculantes em vigor. [0,05 pontos]

Idioma Oficial: 0,14

Caligrafia: 0,06

Capacidade de Exposição: 0,40

TEMA 4 – Direito Previdenciário - PONTUAÇÃO TOTAL: 2,00

- nº da prova:

Perguntas			Anotações sobre a resposta do candidato	P.M	Nota	Observações
a)	Qualidade de segurado de Antonio à época do óbito	O que é? Fundamento legal		0,10		
b)	Qualidade de dependente; termo inicial e final do benefício: Adriana	Provas exigidas pela legislação no caso da companheira. Houve cessação da união estável? O homicídio é causa impeditiva da concessão da pensão? Análise da jurisprudência. Termo inicial. Termo final.		0,20		
c)	Qualidade de dependente; termo inicial e final do benefício:	Provas exigidas pela legislação no caso do filho menor de 21 anos. Análise da jurisprudência. Termo inicial. Termo final.		0,20		
d)	Qualidade de dependente; termo inicial e final do benefício: Tamara	Provas exigidas pela legislação no caso de ex-esposa que recebe pensão alimentícia. O novo relacionamento amoroso com um homem rico impede o		0,20		

		recebimento da pensão? O novo emprego extingue a pensão? Análise da jurisprudência Termo inicial. Termo final.				
e)	Qualidade de dependente; termo inicial e final do benefício: Tomas	Provas exigidas pela legislação no caso de filho maior e inválido. Análise da jurisprudência. Termo inicial. Termo final.		0,20		
f)	Possibilidade de rateio da pensão e extinção da cota parte	Fundamento legal para o rateio da pensão. Habilitação tardia. Fundamento legal para a extinção da pensão. Alterações da EC 103.		0.20		
g)	Aplicação do Tema 692 do STJ ao menor Pedro, caso seja cassado o benefício concedido.	Objeto do Tema 692 STJ. Ilegalidade na concessão do benefício de Pedro e aplicação do Tema 692 ao caso. Análise da jurisprudência.		0,30		
h)	Capacidade de exposição: coerência, consistência e profundidade na argumentação			0,30		
i)	Idioma oficial			0,20		
j)	Caligrafia			0,10		

TEMA 5 - Direito Empresarial Civil - PONTUAÇÃO TOTAL: 1,00

- nº da prova:

	Pergunta	Anotações sobre a resposta do candidato	P.M.	Nota	Observação
a)	A redução unilateral do aluguel era possível tendo em vista o status da EBCT, exploradora de monopólio postal?		0,10		
b)	O juiz poderia, assim entendendo, dispensar a audiência de conciliação, de ofício ou por provocação da parte ré?		0,10		
c)	O juiz poderia intimar a parte autora para substituir o instrumento de mandato? Ou deveria oficiar à Junta Comercial determinando ao seu Presidente que corrigisse eventual ilegalidade do ato?		0,10		
d)	Se o juiz estiver diante de infração contra a ordem econômica, deve dar notícia a alguma autoridade? Em caso de infração contra a ordem econômica, explique que tipo de infração e autoridade ou autoridades seriam essas?		0,15		
e)	Há algum empecilho ao pedido renovatório? Se cabível, a locação poderia ser renovada por mais dez anos, considerando-se que esse foi o prazo contratual?		0,15		

f)	Existe alguma circunstância que prejudique a escolha de um imóvel particular para a locação? Se houver, explique.		0,10		
g)	Idioma oficial		0,07		
h)	Caligrafia		0,03		
i)	Capacidade de exposição		0,20		

TEMA 6 - Direitos Humanos **PONTUAÇÃO TOTAL: 1,00** **Nº da Prova: _____**

ITEM	PERGUNTAS / QUESITOS	ANOTAÇÕES SOBRE A RESPOSTA DO CANDIDATO	P.M	NOTA	OBSERVAÇÕES
a)	**Analise e responda os seguintes quesitos para avançar, justificadamente, numa solução do problema no item B:**	Quais são os sujeitos de direitos à consulta prévia, livre, informada e de boa fé (CPLI), no âmbito da Corte IDH e do STF.	**0,07**		
		Conceitue autodeterminação e a abrangência da expressão "tribais" na Convenção nº 169 da OIT.	**0,07**		
		Quais os limites da auto atribuição, à luz da ADI STF 3239?	**0,07**		
		Quais as implicações do princípio do não retrocesso e princípio *pro persona* em direitos humanos no controle de convencionalidade, em relação a medidas executivas e legislativas atinentes aos institutos acima?	**0,07**		
		Relacione eventuais convergências entre os institutos supracitados com controle de convencionalidade de matriz internacional e controle de constitucionalidade.	**0,07**		
b)	Analise as eventuais conexões entre os institutos acima, contextualizando-os, justificadamente, numa solução para a hipótese exemplificativa de uma quilombola, candidata em concurso em andamento para servidor de Universidade Federal "Quilombo Vivo", com inscrição validada, para cargo de coordenação de programa de inclusão digital e inteligência artificial em todos os grandes projetos de desenvolvimento em territórios quilombolas, titulados ou não, sem comprovação do consentimento prévio de sua comunidade tradicional e tampouco da realização de consulta livre, prévia, informada e de boa fé, pela União, conforme delação anônima acerca de tal silêncio à reitoria e banca examinadora do referido concurso público, no prazo das inscrições e sem nenhuma previsão sobre o tema no respectivo edital.		**0,35**		
c)	Idioma oficial		**0,07**		
d)	Caligrafia		**0,03**		
e)	Capacidade de exposição		**0,20**		